

**Retiro Baixo Energética S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 e  
Relatório dos Auditores Independentes**

**Fevereiro 2023**

**CONHECIMENTO LOCAL,  
ALCANCE GLOBAL**



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria da  
**RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A. – RBE**

### **Opinião**

Examinamos as Demonstrações Financeiras da Retiro Baixo Energética S.A. (“Companhia” ou “RBE”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas.

Em nossa Opinião as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Retiro Baixo Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo essa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

### **Outros Assuntos**

- 1) A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e está sendo apresentada como informação suplementar por exigência dos seus acionistas e foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com

as Demonstrações Financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na NBC TG 09 e são consistentes em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

- 2) As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos Opinião sem ressalvas em 19 de janeiro de 2022.

### **Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório dos Auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, conforme requerido pelo art. 133, inciso I, da Lei 6.404/76. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão deste Relatório, o Relatório da Administração não nos foi disponibilizado.

### **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Avaliamos a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de Fevereiro de 2023

*Teixeira e Associados*

**TEIXEIRA & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes  
CRC MG 5.194/O - CNAI-PJ MG 20



*Adriano Rezende Thomé*  
**Adriano Rezende Thomé**  
Sócio e Diretor  
Contador CRC MG-77.874-O/6

## CONTEÚDO

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	5
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7 - 31

## RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM

ATIVO	Notas	R\$ (Mil)		PASSIVO	Notas	R\$ (Mil)	
		31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes caixa	3	12	12	Fornecedores	9	2.288	1.738
Aplicações financeiras	3	49.201	98.580	Financiamento	10	13.812	13.705
Contas a receber	5	10.546	9.240	Concessão onerosa - UBP	8 a	437	437
Serviços em curso - P&D	15 b	2.570	2.535	Obrigações tributárias	11	4.673	3.968
Outros ativos circulantes		834	726	Dividendos a pagar	12	11.757	14.432
		<b>63.163</b>	<b>111.093</b>	Pesquisa e Desenvolvimento	15 b	3.326	2.874
				Conta de Desenvolvimento Energético	15 b	37	57
				Outros passivos circulantes		627	569
						<b>36.957</b>	<b>37.780</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações financeiras	4	8.310	7.530	Financiamento	10	27.601	41.086
Depósitos judiciais	6	108	676	Concessão onerosa - UBP	8 a	8.571	8.148
Imobilizado	7	295.073	304.989	Tributos Diferidos	20 b	8.389	-
Intangível	8	33.679	8.594			<b>44.561</b>	<b>49.234</b>
		<b>337.170</b>	<b>321.789</b>				
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>81.518</b>	<b>87.014</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	13 a	225.350	225.350
				Adiantamentos para futuro aumento de capital	13 b	1.530	1.530
				Reserva de lucros	13 c	91.935	118.988
						<b>318.815</b>	<b>345.868</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>400.333</b>	<b>432.882</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>400.333</b>	<b>432.882</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		R\$ (Mil)	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	15	<b>77.283</b>	<b>70.221</b>
Custo de geração de energia	16	(28.133)	(25.907)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>49.150</b>	<b>44.314</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Vendas e administrativas	17	(3.803)	(2.854)
Ganho com repactuação do risco hidrológico	8 b)	25.691	-
Amortização do ágio	8 b)	(1.019)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		108	376
		<b>20.977</b>	<b>(2.478)</b>
<b>LUCRO ANTES DE RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		<b>70.127</b>	<b>41.836</b>
Despesas financeiras	18	(4.844)	(4.777)
Receitas financeiras	3	9.781	4.332
		<b>4.937</b>	<b>(445)</b>
<b>LUCRO ANTES DE TRIBUTOS SOBRE LUCROS</b>		<b>75.064</b>	<b>41.391</b>
IR e CSLL Correntes	19 a)	(17.171)	(13.775)
IR e CSLL Diferidos	19 b)	(8.389)	-
		<b>(25.560)</b>	<b>(13.775)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>49.504</b>	<b>27.616</b>
<i>Lucro líquido do exercício por ação</i>		<i>0,22</i>	<i>0,12</i>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



## RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	R\$ (mil)					
	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva legal	Reserva de dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldo 31/12/2020</b>	<b>225.350</b>	<b>1.530</b>	<b>7.830</b>	<b>90.101</b>	-	<b>324.811</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.616	27.616
Constituição da reserva legal	-	-	1.380	-	(1.380)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(6.559)	(6.559)
Dividendos adicionais propostos do exercício	-	-	-	19.677	(19.677)	-
<b>Saldo 31/12/2021</b>	<b>225.350</b>	<b>1.530</b>	<b>9.210</b>	<b>109.778</b>	-	<b>345.868</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.504	49.504
Constituição da reserva legal	-	-	2.475	-	(2.475)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(11.757)	(11.757)
Dividendos pagos no exercício	-	-	-	(64.800)	-	(64.800)
Dividendos adicionais propostos do exercício	-	-	-	35.272	(35.272)	-
<b>Saldo 31/12/2022</b>	<b>225.350</b>	<b>1.530</b>	<b>11.685</b>	<b>80.250</b>	-	<b>318.815</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ (Mil)	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>1) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro do exercício</b>	<b>49.504</b>	<b>27.616</b>
Depreciação	10.114	10.100
Amortização	481	439
Juros sobre empréstimos	4.426	4.533
Juros sobre parcelamento de tributos	-	3
Constituição (Reversão) de Provisões contingenciais	-	(968)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	(24.672)	-
Redução de prêmio de seguro - Repactuação do risco hidrológico	-	1.123
IR e CS Diferidos	8.389	-
<b>Geração Operacional</b>	<b>48.242</b>	<b>42.846</b>
<b><u>(Aumento) e redução de ativos</u></b>		
Contas a receber	(1.306)	(522)
Outros ativos circulantes	(143)	(506)
Depósitos judiciais	568	166
<b><u>Aumento e (redução) de passivos</u></b>		
Fornecedores	550	(23)
Obrigações tributárias	705	2.492
Outros passivos circulantes	511	(958)
Pagamento do UBP	(471)	(444)
Pagamento da CDE	(20)	57
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>48.636</b>	<b>43.108</b>
<b>2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(198)	(278)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(198)</b>	<b>(278)</b>
<b>3) ATIVIDADES FINANCEIRAS</b>		
Pagamento de dividendos	(79.233)	-
Pagamento Principal - Financiamento BNDES	(13.684)	(13.648)
Pagamento de Juros - Financiamento BNDES	(4.120)	(4.558)
Aumento de Aplicações Financeiras a longo prazo	(780)	(266)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades financeiras</b>	<b>(97.817)</b>	<b>(18.472)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(49.379)</b>	<b>24.358</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	98.592	74.234
- Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.213	98.592
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(49.379)</b>	<b>24.358</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	R\$ (Mil)			
	31/12/2022	31/12/2021		
<b>RECEITAS</b>				
Venda bruta de energia elétrica	88.437	80.099		
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Compra de energia elétrica	(788)	(2.240)		
Serviços de terceiros	(7.638)	(5.739)		
Outros custos de geração de energia	(13.011)	(9.531)		
	<b>(21.437)</b>	<b>(17.510)</b>		
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO PRODUZIDO</b>	<b>67.000</b>	<b>62.589</b>		
<b>(-) RETENÇÕES</b>				
Depreciação e amortização	(9.616)	(9.565)		
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>57.384</b>	<b>53.024</b>		
<b>(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas financeiras	9.781	4.332		
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	24.672	-		
	<b>34.453</b>	<b>4.332</b>		
<b>(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>91.837</b>	<b>57.356</b>		
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			<u>Participação %</u>	<u>Participação %</u>
Pessoal e encargos	3.250	3.067	3,54%	5,35%
Impostos, taxas e contribuições	34.152	21.800	37,19%	38,01%
Juros e aluguéis	4.931	4.873	5,37%	8,50%
Lucro do exercício	49.504	27.616	53,90%	48,15%
	<b>91.837</b>	<b>57.356</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## **RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

##### **1.1. Objetivo social**

A Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado e de propósito específico, que tem por objetivo a exploração:

- i) do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Paraopeba, nos Municípios de Pompéu e Curvelo, no Estado de Minas Gerais, mediante a construção, implantação, operação e manutenção do empreendimento hidroelétrico;
- ii) das respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora; e
- iii) das áreas marginais ao reservatório e respectivas ilhas.

##### **1.2. Concessão**

O Contrato de Concessão nº. 007/2006 foi firmado em 2006 com a União (Ministério das Minas e Energia – MME e UHE Retiro Baixo), na categoria de uso de bem público, para a geração de energia elétrica na modalidade de produtor independente de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos, encerrando em agosto de 2041. Em setembro de 2021, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória Aneel 2.932/2021, aprovou o direito da RBE à extensão de 2.049 dias na sua concessão que se findará em 26 de março de 2047, restando aproximadamente 24 anos para o seu encerramento. A capacidade geradora total da Usina é de 82 MW.

A Retiro Baixo Energética S.A. é titular da Concessão, conforme a resolução autorizativa nº. 1.251/2008. O contrato de Implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Retiro Baixo foi firmado com o Consórcio Construtor Retiro Baixo – CCRB, constituído pelas empresas Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. e Logos Engenharia S.A., esta última que à época também era acionista da Companhia.

Em caso de extinção da concessão, todos os bens e instalações vinculados à Usina passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados até aquele momento, desde que autorizados pela União.

### **1.3. Garantia física e venda de energia**

As garantias físicas dos concessionários de geração de energia são revisadas periodicamente pelo MME.

A partir de 2018 a Garantia física de energia da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo passou a ser de 35,62 MW médios, conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia/ONS, apurada de acordo com a aplicação do F\_PDL\_GF (fator de ajuste da Garantia Física) em função da média das perdas internas da UHE Retiro Baixo.

Em 30/11/2022, através da Portaria do Ministério de Minas e Energia – MME nº. 709/GM/MME, a UHE Retiro Baixo teve sua garantia física revisada e diminuída para 34,8 MW, significando uma redução de 2,30%, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023.

A Companhia possui 36,0 MW médios em contratos de venda de energia no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR.

Em 2022 a Companhia apresentou a sua segunda maior geração histórica de energia, perfazendo 36,56 MW médios medidos na subestação localizada em Curvelo – MG (25,72 MW médios no mesmo período de 2021). Esse aumento em 2022 em comparação a 2021 foi motivado por maior regime pluviométrico. Além da escassez de chuva em 2021, outro fato que contribuiu para a geração de energia em patamares inferiores a 2022 foi a interrupção das operações de uma das unidades geradoras da Usina, motivado por problemas técnicos, por aproximadamente 10 meses, entre o período de 8 de fevereiro a 9 de dezembro de 2021, sendo que a Unidade Geradora retomou a sua operação após uma manutenção emergencial. Todavia, ainda será necessária uma manutenção em definitivo desta mesma unidade geradora, que está prevista para ocorrer em 2023, com custos estimados de R\$9 milhões, a ser contratada pela Companhia através de processo licitatório. A Companhia está em tratativas com a Seguradora Fairfax, atual detentora da Apólice de Riscos Operacionais da UHE, para análise e ressarcimentos dos custos adicionais, sendo que até o momento não há qualquer definição por parte da Seguradora. Além da expectativa favorável de geração de energia elétrica nos quatro primeiros meses de 2023 em função do regime hidrométrico esperado, a Administração não espera haver impactos no resultado econômico da Companhia em 2023 e em exercícios futuros por ainda não ter sido concluída a manutenção em definitivo da Unidade Geradora, uma vez que é objetivo da Administração realizá-la em período de seca, quando a geração de energia com uma Unidade Geradora tende a suprir a demanda operacional.

### **1.4. Obrigações resultantes do contrato de concessão**

A RBE deve atender, no curso de suas atividades, todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e aos encargos oriundos da legislação e normas regulamentares estabelecidas pela União e pela ANEEL, bem como quaisquer outras

obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração da UHE, nos termos da legislação vigente, no que couber, especialmente as seguintes:

- i) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica;
- ii) quotas mensais da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, se couber;
- iii) taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica, com base na regulamentação pertinente, a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora;
- iv) pagamento pelo Uso de Bem Público – UBP;
- v) encargos pelo uso do sistema de transmissão de energia elétrica, quando devidos, celebrando, em conformidade com a regulamentação específica, os contratos de uso e de conexão requeridos;
- vi) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; e
- vii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA.

Por fim, a Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

### **1.5. Extensão da concessão do risco hidrológico**

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação de valores aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE em face de riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes; e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. O ressarcimento destes custos adicionais arcados pelas geradoras de energia foi por meio da extensão da concessão, limitada ao período máximo de 7 (sete) anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Como resultado da nova regulamentação, a Administração da RBE assinou em 08 de outubro de 2021, o termo de aceitação do prazo de extensão da outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos

relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Consequentemente, a Companhia obteve a extensão da sua concessão em 2.049 dias, e o encerramento da concessão passou de 15 de agosto de 2041 para 26 de março de 2047. Como consequência desta extensão da concessão, a Companhia, após cumprir os trâmites internos da conferência de valores e aprovações pelos órgãos de governança, registrou em 2022 um ativo referente ao ganho estimado que irá auferir neste período adicional.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a) Apresentação**

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), consubstanciadas nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas da legislação específica aplicáveis às Concessionárias de energia elétrica, emanadas da ANEEL, bem como nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela ANEEL.

A Companhia não possui Outros Resultados Abrangentes e, portanto, não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes – DRA. Dessa forma, o resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são iguais ao resultado abrangente total.

As principais práticas contábeis estão sendo apresentadas conjuntamente com as Notas Explicativas relativas aos itens constantes das Demonstrações Financeiras a que se referem, conforme permitido pelo item 35 do OCPC 7 – Evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiro de propósito geral.

Adicionalmente, a Sociedade adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está nele contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das Demonstrações Financeiras, por exigência dos seus acionistas, em que pese não estar obrigada a preparar essa informação financeira.

A Companhia avaliou os eventos subsequentes até 13 de fevereiro de 2023.

### **b) Base de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor de determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda do ambiente econômico no qual a Companhia opera e utiliza na preparação das Demonstrações Financeiras é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

### **d) Uso de estimativas**

A Administração efetuou estimativas e suposições que afetam as quantias informadas de ativos e passivos apresentados nas Demonstrações financeiras, principalmente com relação a (i) Liquidação do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, (ii) valor justo dos instrumentos financeiros, (iii) redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros e (iv) provisão contingencial. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação podem diferir dessas estimativas.

### **e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas de vendas a longo prazo com valores pré-fixados, em especial superiores a um ano. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes.

### **f) Ativos Financeiros**

#### **a. Classificação**

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma das seguintes categorias: i) ao custo amortizado, ii) ao valor justo por meio do resultado abrangente e iii) ao valor justo por meio do resultado. Os passivos, por outro lado, devem ser classificados como passivos designados ao valor justo ou ao custo amortizado.

#### **b. Ativos financeiros: classificação, reconhecimento, mensuração e baixas**

A Companhia classifica seus ativos financeiros somente nas categorias de i) custo amortizado e ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Retiro Baixo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

##### **i. Custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii)



cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido. Estão classificados nesta modalidade os saldos de contas a receber de Concessionária e Permissionárias.

ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

iii. Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

**g) Passivos financeiros**

A NBC TG 48 – Instrumentos financeiros determina que os passivos financeiros devem ser classificados como Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. Todavia, a Companhia possui somente passivos classificados na categoria de Custo amortizado, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis e, após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Contas a Pagar a fornecedores, Financiamento, Pesquisa e Desenvolvimento, Obrigações Tributárias, e Concessão onerosa – UBP.

**h) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

### **i) Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com a NBC TG 25 e a ITG 08, as quais determinam que os dividendos mínimos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra o passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no Patrimônio Líquido.

### **j) Apuração das receitas e despesas**

As receitas e despesas são registradas pelo regime contábil de competência. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

### **k) Aprovação da emissão das Demonstrações Financeiras**

A emissão das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 13 de fevereiro de 2023.

## **3. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	R\$ (Mil)	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Conta banco movimento</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>49.201</b>	<b>98.580</b>
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs	1.964	19.477
Fundo de investimento - Renda Fixa	45.237	79.103
Certificado de Operações Estruturadas - COE	2.000	-
	<b>49.213</b>	<b>98.592</b>

Estão registrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, conforme aplicável. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos mantidos em Fundos de Investimento em Renda Fixa, sendo que a rentabilidade bruta apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi equivalente a 104% do CDI. Esta rentabilidade gerou uma receita financeira total de

R\$9.781 mil em 2022, o que representou um aumento substancial em comparação a receita de 2021 no montante de R\$4.332 mil, influenciada por um CDI acumulado em 2022 de 12,38% (4,42% - 2021).

A redução do saldo das aplicações financeiras em 2022 decorreu substancialmente da distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$79.223 mil realizada em julho de 2022.

#### **4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS A LONGO PRAZO**

O saldo de R\$8.310 mil em 31 de dezembro de 2022 (31/12/2021 – R\$7.530 mil), mantido no Fundo Banco Santander FIC Títulos Públicos, refere-se à aplicação financeira em títulos de renda fixa concedida em garantia ao contrato de financiamento junto ao BNDES e, por isso, foi considerada pela Companhia no Ativo não circulante. O saldo está registrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Por exigência contratual, esta aplicação é de, no mínimo, i) três vezes o valor da última prestação vencida do financiamento e mais ii) a soma dos três últimos pagamentos do contrato de Operação e Manutenção.

#### **5. CONTAS A RECEBER**

Em geral, o prazo de recebimento do faturamento às distribuidoras ocorre em três parcelas, com vencimento em 15, 25 e 35 dias. Os clientes estão adimplentes com suas obrigações junto a companhia, não sendo necessário, segundo a administração, qualquer provisão para perdas.

A composição do saldo de contas a receber pode ser assim apresentada:

	<b>R\$(Mil)</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL	970	871
Celesc Distribuição S.A.	915	831
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	757	709
Copel Distribuição S.A.	820	735
Cemig Distribuição S.A.	702	622
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	600	527
Light-Serviços de Eletricidade S.A.	570	516
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	544	498
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	459	443
Companhia Energética do Ceará - COELCE	366	332
CEB Distribuição S.A.	326	304
CELG Distribuição S.A. - CELG D	329	310
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	337	295
Bandeirante Energia S.A.	326	272
Ampla Energia e Serviços S.A.	232	245
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	286	248
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	258	231
Energisa Distribuidoras	236	221
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA	267	216
Outros contas a receber	919	814
	<b>10.546</b>	<b>9.240</b>

## 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<b>R\$(Mil)</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Autos de infração - Ministério do trabalho	-	667
Outros	108	9
	<b>108</b>	<b>676</b>

### a) Autos de infração – Ministério do trabalho

Em 15 de julho de 2022 foi julgada extinta a segunda Execução Fiscal (nº. 0002139-50.2014.5.03.0025) que se encontrava em trâmite perante a 25ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, para a qual, em 19 de janeiro de 2015, a RBE havia efetuado um depósito judicial no valor de R\$667 mil. A determinação judicial foi favorável à Companhia e permitiu a devolução do valor depositado acrescido de atualização monetária, com ressarcimento total de R\$989 mil.

## 7. IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou construção (histórico), incluindo encargos financeiros capitalizados, deduzidos da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear segundo as taxas estipuladas pela ANEEL, e que está em linha com a vida útil e econômica dos bens.

A Companhia realizou teste de recuperação do seu imobilizado, na data-base de 31 de dezembro de 2021, baseado na geração de benefícios econômicos futuros e concluiu que não houve necessidade do reconhecimento de *impairment*. Para 2022 a Companhia não identificou nenhum indício de que o seu ativo possa ter sofrido desvalorização e acredita que as bases aplicadas em 2021 ainda permanecem para 2022.

Ademais, é importante destacar que o valor residual do imobilizado na data do término da concessão, se houver, será indenizado pelo Poder Concedente.

A composição do saldo é como segue:

		R\$(Mil)	
	Taxas anuais de depreciação em %	31/12/2022	31/12/2021
<b>Geração Usina - Em serviço</b>			
Terrenos		12.319	12.319
Reservatórios, Barragens e Aduaras	2% a 3,3%	209.695	209.695
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2% e 4%	66.593	66.593
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	109.726	109.579
Móveis e Utensílios	10%	22	20
(-) Depreciação acumulada		(120.159)	(110.753)
		<b>278.196</b>	<b>287.453</b>
<b>Geração Usina - Em curso</b>			
Terrenos		38	37
		<b>38</b>	<b>37</b>
<b>Geração Usina - em serviço</b>			
Intangíveis		649	649
		<b>649</b>	<b>649</b>
<b>Geração Usina - Sistema de transmissão / conexão - em serviço</b>			
Intangíveis		842	842
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4%	296	296
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	22.967	22.967
(-) Depreciação acumulada		(8.850)	(8.150)
		<b>15.255</b>	<b>15.955</b>
<b>Geração Usina - Sistema de transmissão / conexão - em curso</b>			
Intangíveis		914	866
		<b>914</b>	<b>866</b>
<b>Administração - em serviço</b>			
Móveis e utensílios	10%	121	121
Máquinas e Equipamentos	6,7% e 10%	35	35
(-) Depreciação acumulada		(135)	(127)
		<b>21</b>	<b>29</b>
<b>TOTAL</b>		<b>295.073</b>	<b>304.989</b>

A movimentação das contas do ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e de 2022 está apresentada conforme segue:

	R\$ (Mil)						
IMOBILIZADO	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/12/2021	Adições	Depreciação	31/12/2022
<b>Geração Usina - Em serviço</b>	<b>296.794</b>	<b>50</b>	<b>(9.391)</b>	<b>287.453</b>	<b>149</b>	<b>(9.406)</b>	<b>278.196</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>398.156</b>	<b>50</b>	<b>-</b>	<b>398.206</b>	<b>149</b>	<b>-</b>	<b>398.355</b>
Terrenos	12.319	-	-	12.319	-	-	12.319
Reservatórios, Barragens e Aduaras	209.695	-	-	209.695	-	-	209.695
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	66.593	-	-	66.593	-	-	66.593
Máquinas e Equipamentos	109.529	50	-	109.579	147	-	109.726
Móveis e Utensílios	20	-	-	20	2	-	22
<b>(-) Reintegração Acumulada</b>	<b>(101.362)</b>	<b>-</b>	<b>(9.391)</b>	<b>(110.753)</b>	<b>-</b>	<b>(9.406)</b>	<b>(120.159)</b>
Reservatórios, Barragens e Aduaras	(47.642)	-	(4.403)	(52.045)	-	(4.404)	(56.449)
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	(15.502)	-	(1.428)	(16.930)	-	(1.427)	(18.357)
Máquinas e Equipamentos	(38.210)	-	(3.559)	(41.769)	-	(3.574)	(45.343)
Móveis e Utensílios	(8)	-	(1)	(9)	-	(1)	(10)
<b>Geração Usina - Em curso</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>38</b>
<b>Geração Usina - em serviço</b>	<b>649</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>649</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>649</b>
<b>Sistema de transmissão / conexão - em serviço</b>	<b>16.655</b>	<b>-</b>	<b>(700)</b>	<b>15.955</b>	<b>-</b>	<b>(700)</b>	<b>15.255</b>
Imobilizado em serviço	24.105	-	-	24.105	-	-	24.105
(-) Reintegração Acumulada	(7.450)	-	(700)	(8.150)	-	(700)	(8.850)
<b>Geração Usina - Sistema de transmissão / conexão - em curso</b>	<b>649</b>	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>866</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>914</b>
<b>Administração - em serviço</b>	<b>27</b>	<b>11</b>	<b>(9)</b>	<b>29</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>	<b>21</b>
Imobilizado em serviço	145	11	-	156	-	-	156
(-) Reintegração Acumulada	(118)	-	(9)	(127)	-	(8)	(135)
	<b>314.811</b>	<b>278</b>	<b>(10.100)</b>	<b>304.989</b>	<b>198</b>	<b>(10.114)</b>	<b>295.073</b>

## 8. INTANGÍVEL

Está demonstrado substancialmente pelo valor presente do direito de concessão do Uso de Bem Público – UBP. O custo deste ativo está sendo amortizado até a data de encerramento do contrato de concessão.

A movimentação do Intangível pode ser assim demonstrada:

				R\$ Mil
	Utilização de Bem Público	Ativos da concessão - GSF	Outros Intangíveis	Total
	(a)	(b)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>8.555</b>	-	<b>25</b>	<b>8.580</b>
(+) Adições	-	-	13	13
(+) Atualização	440	-	-	440
(-) Amortização	(431)	-	(8)	(439)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>8.564</b>		<b>30</b>	<b>8.594</b>
(+) Adições	-	25.691	-	25.691
(+) Atualização	894	-	-	894
(-) Amortização	(471)	(1.019)	(10)	(1.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8.987</b>	<b>24.672</b>	<b>20</b>	<b>33.679</b>
Percentual de amortização anual	3,30%	4%	20%	

#### a) Utilização do Bem Público – UBP

Como contrapartida da concessão recebida, a Companhia está efetuando o pagamento mensal pelo Uso de Bem Público – UBP à União a partir da data de entrada em operação até o 40º ano contado a partir do início da concessão, uma vez que a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória Aneel 2.932/2021, concedeu o direito da RBE à extensão de 2.049 dias na sua concessão. Essa obrigação é atualizada anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O valor da parcela em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$40 mil e nesta mesma data restavam aproximadamente 25 anos para o encerramento do Contrato de Concessão.

Os valores registrados no Passivo circulante (R\$437 mil) e no Passivo não circulante (R\$8.571 mil), no total de R\$9.008 mil em 31 de dezembro de 2022, referem-se à obrigação total da Companhia para pagamento do UBP até o encerramento do Contrato de Concessão. O valor de R\$8.987 mil, registrado no Ativo Intangível na mesma data, reflete o direito da Companhia de exploração do potencial hidroelétrico.

#### b) Ativos da concessão referente à repactuação do risco hidrológico – GSF

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 1.5, a Companhia obteve uma extensão no prazo de concessão do Aproveitamento Hidrelétrico da Usina por mais 2.049 dias, sendo que o término passou do dia 15 de agosto de 2041 para 26 de março de 2047.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Considerando que a compensação aos geradores hidroelétricos de custos adicionais pagos no âmbito do MRE ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração,

um ativo intangível de R\$25.691 mil foi reconhecido em contrapartida ao resultado na rubrica “Ganho com repactuação do risco hidrológico”.

O ativo intangível foi reconhecido após a aprovação pela Administração da nova política contábil em 2022, bem como da apuração dos ganhos estimados que a Companhia irá auferir no período adicional de concessão, considerando premissas como projeções de receitas, custos e despesas para o período 15 de agosto de 2041 a 26 de março de 2047, bem como a taxa de desconto destes fluxos futuros para determinação do valor justo deste ativo para a presente data.

Este ativo é amortizado pelo método linear até o prazo final do prazo de concessão, sendo que no exercício findo em 31/12/2022 a amortização acumulada foi de R\$1.019 mil, apresentando, assim, um saldo líquido nesta data de R\$24.672 mil.

## 9. FORNECEDORES

		<b>R\$ (Mil)</b>	
		<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
CEMIG - CUSD	<b>(a)</b>	1.120	580
AC Energética Ltda.		463	148
CCEE - Câmara Com. de Energia Elétrica		-	73
Andritz	<b>(b)</b>	-	454
Prêmio de Risco Hidrológico		257	234
Outros fornecedores		448	249
		<b>2.288</b>	<b>1.738</b>

(a) Cemig – CUSD: O aumento ocorreu devido ao provisionamento das parcelas referentes às competências de novembro e dezembro de 2022 não liquidadas até 31 de dezembro de 2022.

(b) Andritz: A redução ocorreu pelo pagamento dos gastos emergenciais para reparo da Unidade Geradora 02.

## 10. FINANCIAMENTO

Trata-se de contrato de financiamento firmado pela Companhia com o BNDES, destinado à construção da Usina UHE Retiro Baixo. Esse financiamento está sendo quitado mensalmente e sucessivamente, sendo que a última parcela vencerá em dezembro de 2025, restando, portanto, em 31 de dezembro de 2022, 36 pagamentos a serem feitos.

Os encargos financeiros contratuais do financiamento são os seguintes:



a) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano:

O percentual de 2,75% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas das exigibilidades dos juros ou na data do seu vencimento ou liquidação do contrato de empréstimo.

b) Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano:

O percentual de 2,75% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas das exigibilidades dos juros ou na data do seu vencimento ou liquidação do contrato de empréstimo.

O saldo de Financiamento está demonstrado pelo custo amortizado que compreende os valores recebidos mais encargos financeiros computados até a data do balanço e deduzidos das parcelas já pagas. A movimentação do saldo de Financiamento a pagar é ser assim demonstrada:

	<b>R\$ (Mil)</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>68.464</b>
Juros e correção	4.533
Pagamentos de juros	(4.558)
Amortização	(13.648)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>54.791</b>
Juros e correção	4.426
Pagamentos de juros	(4.120)
Amortização	(13.684)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>41.413</b>

O saldo pode ser assim segregado:

	<b>R\$ (Mil)</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Passivo circulante	13.812	13.705
Passivo não circulante	27.601	41.086
	<b>41.413</b>	<b>54.791</b>

## 11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	R\$ (Mil)	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda a recolher	2.700	2.374
Contribuição social a recolher	1.135	978
PIS a recolher	94	70
COFINS a recolher	437	328
Tributos retidos na fonte a recolher	88	88
INSS e FGTS sobre folha de pagamentos	200	116
Outros tributos a recolher	19	14
	<u><b>4.673</b></u>	<u><b>3.968</b></u>

## 12. DIVIDENDOS A PAGAR

	R\$ (Mil)	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dividendo mínimo obrigatório	11.757	14.432
	<u><b>11.757</b></u>	<u><b>14.432</b></u>

Os acionistas, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 e 15 de julho de 2022, aprovaram o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios de 2021 e 2020, no valor total de R\$14.432 mil, que foram liquidados em julho/22, juntamente com R\$64,8 milhões de dividendos adicionais de exercícios anteriores registrados em conta Reserva de lucros, no Patrimônio líquido, totalizando uma distribuição de R\$79,2 milhões.

Em 31/12/2022 foram contabilizados os dividendos mínimos obrigatórios a pagar relativos a este exercício, no valor de R\$11,76 milhões.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$225.350 mil e está dividido em 225.350 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

Os acionistas da Companhia e a respectiva participação no capital social são os seguintes:

	R\$ (Mil)		
	Participação %	Quantidade de ações	Capital Integralizado
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	49,90%	112.449.650	112.450
Furnas Centrais Elétrica S.A.	49,00%	110.421.500	110.422
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	1,10%	2.478.850	2.479
	<b>100,00%</b>	<b>225.350.000</b>	<b>225.350</b>

### b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

O saldo R\$1.530 mil em 31 de dezembro de 2022 refere-se a um AFAC parcialmente aportado pelas acionistas, restando, ainda, o aporte de R\$1.470 mil. Os acionistas estão analisando as opções para resolução deste AFAC e a solução será definida em AGE.

### c) Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	R\$ (Mil)	
	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Legal	11.685	9.210
Dividendos adicionais propostos não distribuídos	80.250	109.778
	<b>91.935</b>	<b>118.988</b>

O detalhamento destes valores é o seguinte:

- I. Reserva legal: Constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social.
- II. Dividendos adicionais propostos: Representam o montante dos dividendos ainda não distribuídos pela Administração que supera o montante mínimo obrigatório contabilizado como passivo. Estes valores são mantidos no Patrimônio líquido, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas na ITG 08, até deliberação da Assembleia Geral para a sua distribuição. O saldo de R\$80.250 mil é composto substancialmente por lucros não distribuídos nos anos de 2020 a 2022.

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2022 aprovou o pagamento adicional de dividendos, referentes a parte dos lucros acumulados e

não distribuídos registrados até 31 de dezembro de 2019, no montante de até R\$64,8 milhões conforme autorização concedida pelo BNDES através da carta AE/DEENE1 – 54/2021 de 11 de junho de 2021, cujo contrato de financiamento limita o pagamento dos dividendos a 25% do lucro de cada exercício.

## **14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

### **a) Penalização da ANEEL pelo atraso no início operacional (Ativo contingente)**

A Companhia foi penalizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE com a redução de seu faturamento no montante de R\$5.808 mil nos meses de janeiro a maio de 2010, em decorrência do atraso na entrada em operação comercial de suas unidades geradoras, amparada pelos incisos I e III do artigo 3º da Resolução Normativa ANEEL 165/2005 e obedecendo ao Ofício nº 281/2008-SEM/ANEEL.

Ainda em 2010, a ANEEL, através do Despacho nº 3.734, afastou parte da cobrança, gerando uma recuperação de R\$1.378 mil, recebida pela RBE em janeiro de 2011. Sobre a parte residual de R\$4.430 mil, a Companhia manteve tratativas junto à ANEEL na via administrativa para anulação da penalidade, sem obter êxito. Então, em abril de 2014, a Companhia ajuizou duas ações ordinárias requerendo: i) correção monetária referente aos R\$1.378 mil já recebidos a valores históricos; e ii) o ressarcimento do valor residual de R\$4.430 mil, devidamente atualizado. O primeiro processo teve o pedido julgado favorável à RBE pelo juiz monocrático, sendo que a Procuradoria Geral Federal interpôs recurso de apelação pendente de julgamento em segunda instância. O segundo processo foi julgado em 20/09/2017 totalmente procedente à RBE, determinando à União o ressarcimento do valor integral a partir de 2010, com a devida correção monetária. Contra essa decisão, a União apelou ao TRF revisão do julgamento em 05/10/2017 e a Companhia apresentou as suas contrarrazões em 19/12/2017. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que o processo administrativo na ANEEL demonstra a exclusão da culpabilidade da RBE pelo atraso do seu início operacional, sendo assim, a penalidade não seria requerida.

### **b) Ação contra a construção da UHE Retiro Baixo (Passivo contingente)**

A ação foi proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPE em 02/10/2006 requerendo (i) a nulidade da licença prévia ambiental concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM e (ii) a declaração de inviabilidade da implantação do empreendimento Usina Hidrelétrica Retiro Baixo – UHE Retiro Baixo à consideração de supostos danos ambientais em decorrência da obra de construção da usina.

Os assessores jurídicos entendem que a probabilidade de perda desta ação é remota em face dos vários êxitos alcançados pela Companhia, a obra está concluída e a usina operado há 12 anos com responsabilidade ambiente, social e de governança.

## 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	R\$ (Mil)	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Comercialização de energia elétrica	<b>88.437</b>	<b>80.099</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>		
Pis	<b>(a)</b> (1.459)	(1.322)
Cofins	<b>(a)</b> (6.721)	(6.088)
Pesquisa e desenvolvimento	<b>(b)</b> (773)	(706)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(286)	(276)
Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	<b>(c)</b> (1.915)	(1.221)
Outras deduções	-	(265)
	<b>(11.154)</b>	<b>(9.878)</b>
	<b>77.283</b>	<b>70.221</b>

- a) Valores apurados às alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,60% da COFINS, respectivamente, sobre a receita de comercialização de energia elétrica em 2022 (Lucro real).
- b) A Companhia deve destinar 1% da sua Receita Operacional Líquida – ROL para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), dos quais 0,4% da ROL são mantidos pelo concessionário para aplicação em projetos próprios de P&D. O Governo Federal publicou a Lei 14.120 de 1º de março de 2020 que, entre outras questões, determina que o passivo não utilizado no programa P&D das empresas de energia registrados até 31/08/2020 seja repassado a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deduzindo os seguintes valores:
- (i) Valores previstos a desembolsar em projetos em andamento e/ou já aprovados na empresa. Entende-se como aprovados aqueles que já tem autorização da Diretoria e documento formal de aprovação.
  - (ii) Valores previstos a desembolsar com contratações de consultorias dentro dos programas de P&D.

A citada Lei, regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa 929/2021, ainda prevê que a partir de 01/09/2020, do valor até então destinado para programas de P&D, 70% do montante será destinado a essa finalidade e os outros 30% serão repassados à CDE entre 2021 e 2025. A Companhia realizou a segregação dessas obrigações, sendo: i) R\$3.326 mil em 31 de dezembro de 2022 como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), para fazer frente ao Projeto em desenvolvimento em parceria com a Universidade Federal de Itajubá, para o qual já foram dispendidos R\$2.570 mil até 31 de dezembro de 2022, registrados no ativo como “Serviços em curso – P&D” e que serão compensados com o passivo após a conclusão do projeto e homologação dos gastos pela ANEEL; e iii) R\$37 mil para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE nesta mesma data.

- c) O aumento na despesa com Utilização de recursos hídricos em 2022 se deve ao maior volume de geração de energia da usina neste exercício em comparação período anterior.

## 16. CUSTO COM GERAÇÃO DE ENERGIA

		R\$ (Mil)	
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Compra de energia elétrica	<b>(a)</b>	(788)	(2.240)
Depreciação		(9.170)	(9.157)
Uso sistema de distribuição - CEMIG Distribuição		(6.067)	(5.789)
Serviços de terceiros	<b>(b)</b>	(7.004)	(5.258)
Seguros	<b>(c)</b>	(3.511)	(2.077)
Pessoal		(600)	(545)
Despesas com materiais		(557)	(442)
Amortização (Uso do Bem Público - UBP)		(428)	(391)
Outros		(8)	(8)
		<u><b>(28.133)</b></u>	<u><b>(25.907)</b></u>

- a) A redução da rubrica de Compra de Energia se deve ao fato de um melhor cenário de geração de energia elétrica em 2022 pelas empresas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia, de forma a reduzir os déficits de geração de energia. Além disso, o valor da energia no mercado de curto prazo (PLD) teve substancial redução em 2022, permitindo um custo menor de liquidação para um déficit menor na geração de energia.
- b) O aumento da rubrica de serviços de terceiros se deve aos gastos emergenciais para reparo da Unidade Geradora 02, aumento dos custos com serviços de O&M e com monitoramento e manutenção da barragem.
- c) O aumento no valor de seguros refere-se ao encargo da cobertura de seguro resultante da repactuação do risco hidrológico, sendo que até setembro de 2021 a Companhia realizou a amortização do direito apurado quando da repactuação do risco hidrológico e a partir do mês de outubro de 2021 houve o início do desembolso financeiro para quitação da obrigação, ocorrendo uma majoração do valor da despesa mensal.

## 17. DESPESAS COM VENDAS E ADMINISTRATIVAS

		R\$ (Mil)	
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal		(1.526)	(1.434)
Administradores		(1.125)	(1.088)
Serviços de terceiros		(633)	(481)
(Constituição) Reversão de contingências	<b>(a)</b>	(159)	452
Outros		(360)	(303)
		<u><b>(3.803)</b></u>	<u><b>(2.854)</b></u>

- a) Em 2021 houve um ajuste das provisões contingenciais favoráveis à Companhia, gerando uma redução da obrigação com impacto positivo no resultado. Por outro lado, em 2022 houve revisão do prognóstico de perda em ação judicial trabalhista, o que resultou no reconhecimento de nova despesa na ordem de R\$396 mil, porém no mês de novembro houve um acordo judicial no qual foram revertidos R\$ 237 mil a favor da companhia.

## 18. DESPESAS FINANCEIRAS

	R\$ (Mil)	
	31/12/2022	31/12/2021
Encargos Financiamento BNDES	(4.426)	(4.533)
Atualização P&D	(353)	(131)
Outros	(65)	(113)
	<b>(4.844)</b>	<b>(4.777)</b>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Impostos correntes

Em 2022, a Companhia continuou optando pelo regime tributário do Lucro Real trimestral. Neste regime, o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro líquido, apurado em cada período trimestral, considerando os ajustes realizados (adições e exclusões), previstos na legislação, para determinação do Lucro Real. São aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada trimestre de apuração, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$60 mil por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base.

A reconciliação da apuração do Imposto de renda e da contribuição social no exercício de 2022 é assim demonstrada:

	31/12/2022				TOTAL
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
<b>Resultado Antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>11.868</b>	<b>38.076</b>	<b>12.573</b>	<b>12.547</b>	<b>75.064</b>
<b>Adições / Exclusões líquidas</b>	374	(25.188)	256	67	
<b>(=) Base de cálculo IRPJ e da CSLL corrente</b>	<b>12.242</b>	<b>12.888</b>	<b>12.829</b>	<b>12.614</b>	
<b>Apuração Imposto de renda</b>					
Alíquota	15%	15%	15%	15%	
Adicional (lucro superior a R\$ 60 mil no período)	10%	10%	10%	10%	
Valor do Imposto de renda	1.836	1.933	1.924	1.892	
Valor do adicional do imposto de renda	1.218	1.283	1.277	1.255	
<b>Valor imposto de renda</b>	<b>3.054</b>	<b>3.216</b>	<b>3.201</b>	<b>3.147</b>	<b>12.618</b>
<b>Apuração Contribuição social sobre o lucro líquido</b>					
Alíquota	9%	9%	9%	9%	
<b>Valor CSLL</b>	<b>1.102</b>	<b>1.160</b>	<b>1.155</b>	<b>1.136</b>	<b>4.553</b>
<b>IRPJ e CSLL total - Correntes</b>	<b>4.156</b>	<b>4.376</b>	<b>4.356</b>	<b>4.283</b>	<b>17.171</b>

## b) Impostos diferidos

O detalhamento da provisão de tributos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e apropriada no resultado do período de nove meses findo nesta mesma data é assim apresentado:

	R\$ (Mil)	
	31/12/2022	
	Base de cálculo	IR e CS Diferidos
Saldo Ativos da Concessão - GSF	(i) 24.672	8.389
<b>TOTAL</b>	<b>24.672</b>	<b>8.389</b>

O IRPJ e a CSSL diferidos em 31 de dezembro de 2022 é composto por R\$8.389 mil registrado no passivo não circulante, calculado na exclusão temporária sobre o reconhecimento do ativo intangível da extensão da concessão referente à repactuação do risco hidrológico – GSF, no montante de R\$24.672 mil. Esse ativo busca mensurar, para fins contábeis, o direito ao período adicional de concessão, sendo que seu valor decorre de estimativas de receitas que poderão ser futuramente auferidas, ainda que estimadas confiavelmente.

## 20. PARTES RELACIONADAS

	R\$ (mil)				
	Contas a receber	Receitas bruta	Contas a pagar	AFAC	Despesas
<b>31/12/2021</b>					
Orteng Equipamentos e sistemas Ltda	-	-	-	(33)	-
CEMIG Distribuição S.A.	622	4.040	(580)	(1.497)	(5.348)
	<b>622</b>	<b>4.040</b>	<b>(580)</b>	<b>(1.530)</b>	<b>(5.348)</b>
<b>31/12/2022</b>					
Orteng Equipamentos e sistemas Ltda	-	-	-	(33)	-
CEMIG Distribuição S.A.	723	4.399	(1.120)	(1.497)	(5.065)
	<b>723</b>	<b>4.399</b>	<b>(1.120)</b>	<b>(1.530)</b>	<b>(5.065)</b>

O contrato de venda de energia com a CEMIG Distribuição S.A. foi firmado com a Companhia antes dessa empresa se tornar parte relacionada.



## 21. GESTÃO DE RISCOS

### a) Instrumentos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro de 2022, sendo demonstrados pelo custo de aquisição mais os rendimentos auferidos e/ou mais os encargos incidentes até a data do balanço, ajustado a valor de mercado se aplicável. O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações Financeiras representa o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se liquidasse as transações na data do balanço. No caso do Financiamento, este está demonstrado pelo custo amortizado que compreende os valores recebidos mais encargos financeiros computados até a data do balanço e deduzidos das parcelas já pagas.

### b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital adequada. A Companhia mantém uma estrutura de capital adequada, inclusive remunerando os seus acionistas com o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, além de destinar o valor adicional de 75% dos dividendos para pagamento no futuro, que estão registrados no patrimônio líquido.

### c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente em todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui riscos de mercado associados à sua dívida.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade de a Companhia liquidar as obrigações assumidas.

Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Aplicações financeiras (Nota 4) e Contas a receber (Nota 5). A Companhia tem Equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 que correspondem substancialmente a Fundos de Investimento em títulos públicos e Certificado de Depósito Bancário com baixo risco de crédito, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Contas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado de recebimentos em até 35 dias. Para aplicações financeiras, apesar de o saldo corresponder a investimentos que podem ser transformados imediatamente em caixa, a Companhia deve manter saldo como não disponível em sua operação em conformidade a cláusula de garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (Nota 4).

#### **e) Risco da operação**

A energia produzida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada e não à energia efetivamente produzida, sendo a primeira determinada pelo órgão regulador e consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia, com impacto direto no resultado, limitado à exposição de risco da Companhia definido na Repactuação do risco hidrológico. Este risco foi limitado a partir do ano de 2016 após a repactuação do risco hidrológico, uma vez que a Companhia optou pelo produto SP97 em que o déficit de geração de energia no MRE, quando ocorrer, será debitado à Companhia limitado a 3%. Caso o déficit seja superior a 3%, a Companhia não terá encargo adicional. Em 2021, a RBE comprou R\$400 mil para suprir a ausência de geração em função da interrupção das operações da Unidade Geradora nº 02 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 adquiriu 4,5MW médios, no valor de R\$264 mil.

#### **f) Risco de Crédito**

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis em Caixa e equivalentes de Caixa. No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo pela Administração. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

#### **g) Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL**

A RBE é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda no mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de

Realocação de Energia – MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

#### h) Continuidade das operações

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração entende ser a responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando. Neste sentido, avaliou os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras e entende não ter dúvidas sobre a sua continuidade operacional, estando, pois, a base contábil adotada em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

## 22. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas mantidas pela Companhia são as seguintes:

Seguradora	Cobertura	Início da vigência	Final da vigência	R\$ (mil)
				Valor coberto
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A	Responsabilidade Civil Geral.	01/03/2022	01/03/2023	15.000
Tokio Marine Seguradora S.A	Prédio e conteúdo que constituem o estabelecimento segurado. Casa de força, demais bens e equipamentos, geradores e equipamentos associados, linhas de transmissão, máquinas e equipamentos e turbinas e reguladores.	13/09/2022	13/09/2023	102.000
Austral Seguradora	Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O).	26/01/2022	26/01/2023	15.000
Sompo Seguros S.A.	Salas do escritório da RBE em Belo Horizonte.	17/05/2022	17/05/2023	600
Metropolitan Life Seguros Previdencia Privada S.A	Seguro de vida aos sócios, diretores, empregados, estagiários e menores aprendizes por morte, invalidez permanente por acidente e invalidez por doença.	01/06/2022	31/05/2023	594

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de Conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Sociedade e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

\*\*\*

Bernardo Rocha Correia  
Diretor Presidente

Octacílio Machado Junior  
Diretor Técnico

Manuela Furtado Pessoa Coelho  
Contadora CRC/MG 074.633/O